

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): UMA ABORDAGEM INTEGRADA

RURAL EDUCATION AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES (SES): AN INTEGRATED APPROACH

EDUCACIÓN RURAL Y SERVICIOS EDUCATIVOS ESPECIALIZADOS (SES): UN ENFOQUE INTEGRADO

Marcio Renato Bresciani<sup>1</sup>  
Simone Flauzino<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo "Educação do Campo e o Atendimento Educacional Especializado (AEE): Uma Abordagem Integrada" examina a interseção dessas duas modalidades educacionais no Brasil, com ênfase na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva em contextos rurais. A Educação do Campo se propõe a valorizar as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações rurais, oferecendo um currículo que respeite e promova os saberes locais. Por outro lado, o AEE é uma modalidade de ensino destinada a atender as necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades ou superdotação (AHSD), garantindo seu pleno acesso e participação no ambiente escolar. A integração dessas modalidades, embora necessária, enfrenta desafios consideráveis, especialmente em escolas multisseriadas, onde a diversidade de idades e níveis de aprendizagem exige abordagens pedagógicas inovadoras e adaptativas. Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, para investigar as políticas públicas e diretrizes educacionais que orientam a implementação do AEE em escolas do campo. Os resultados sugerem a necessidade urgente de formação continuada dos professores, adaptações curriculares específicas e maior articulação entre as políticas de inclusão e as práticas pedagógicas voltadas ao contexto rural. Conclui-se que a efetiva aplicação do AEE em escolas rurais depende de estratégias colaborativas que considerem as particularidades do meio rural e as necessidades individuais dos estudantes, promovendo uma educação inclusiva, equitativa e capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Dessa forma, o artigo reforça a importância de uma educação contextualizada e inclusiva, essencial para assegurar o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas ou necessidades educacionais especiais.

**Palavras-chaves:** Educação do Campo. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão Educacional.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação, Pedagogo e professor de AEE - Atendimento Educacional Especializado SEED/PR - NRE Paranagua - Alberto Gomes Veiga CE.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Educação, Técnica Educação de Direitos Humanos (2025) Técnica de Ouvidoria SEED/PR - NRE Paranagua - Coordenação Ouvidoria.

**ABSTRACT:** The article "Rural Education and Specialized Educational Services (SES): An Integrated Approach" examines the intersection of these two educational modalities in Brazil, with an emphasis on promoting truly inclusive education in rural contexts. Rural Education aims to value the cultural, social, and economic specificities of rural populations, offering a curriculum that respects and promotes local knowledge. On the other hand, SES is a teaching modality designed to meet the special educational needs of students with disabilities, global developmental disorders, or high abilities, ensuring their full access and participation in the school environment. The integration of these modalities, while necessary, faces considerable challenges, especially in multi-grade schools, where the diversity of ages and learning levels requires innovative and adaptive pedagogical approaches. This study uses a qualitative methodology, based on literature review and document analysis, to investigate the public policies and educational guidelines that guide the implementation of SES in rural schools. The results suggest an urgent need for continuous teacher training, specific curricular adaptations, and greater articulation between inclusion policies and pedagogical practices aimed at the rural context. It concludes that the effective application of SES in rural schools depends on collaborative strategies that consider the particularities of the rural environment and the individual needs of students, promoting inclusive, equitable education capable of contributing to the sustainable development of rural communities. Thus, the article reinforces the importance of contextualized and inclusive education, essential to ensuring the right to education for all students, regardless of their socioeconomic conditions or special educational needs.

**Keywords:** Rural Education. Specialized Educational Services. Educational Inclusion.

**RESUMEN:** El artículo "Educación Rural y Servicios Educativos Especializados (SES): Un Enfoque Integrado" examina la intersección de estas dos modalidades educativas en Brasil, con énfasis en la promoción de una educación verdaderamente inclusiva en contextos rurales. La Educación Rural tiene como objetivo valorar las especificidades culturales, sociales y económicas de las poblaciones rurales, ofreciendo un currículo que respete y promueva el conocimiento local. Por otro lado, los SES son una modalidad educativa diseñada para atender las necesidades educativas especiales de estudiantes con discapacidades, trastornos globales del desarrollo o altas habilidades, garantizando su pleno acceso y participación en el entorno escolar. La integración de estas modalidades, aunque necesaria, enfrenta desafíos considerables, especialmente en escuelas multigrado, donde la diversidad de edades y niveles de aprendizaje requiere enfoques pedagógicos innovadores y adaptativos. Este estudio utiliza una metodología cualitativa, basada en la revisión bibliográfica y el análisis documental, para investigar las políticas públicas y las directrices educativas que orientan la implementación de los SES en las escuelas rurales. Los resultados sugieren la necesidad urgente de formación continua para los docentes, adaptaciones curriculares específicas y una mayor articulación entre las políticas de inclusión y las prácticas pedagógicas dirigidas al contexto rural. Se concluye que la aplicación efectiva de los SES en las escuelas rurales depende de estrategias colaborativas que consideren las particularidades del entorno rural y las necesidades individuales de los estudiantes, promoviendo una educación inclusiva y equitativa capaz de contribuir al desarrollo sostenible de las comunidades rurales. De esta manera, el artículo refuerza la importancia de una educación contextualizada e inclusiva, esencial para garantizar el derecho a la educación para todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones socioeconómicas o necesidades educativas especiales.

**Palabras-claves:** Educación Rural. Servicios Educativos Especializados. Inclusión Educativa.

## INTRODUÇÃO

A Educação do Campo no Brasil é uma modalidade educacional que busca atender às necessidades e especificidades das populações rurais, considerando suas particularidades socioculturais e econômicas. Este modelo educacional é uma resposta às demandas históricas por uma educação que respeite e valorize os modos de vida das comunidades do campo, rompendo com a perspectiva hegemônica e urbanocêntrica que tradicionalmente orientou as políticas educacionais no país. A abordagem da Educação do Campo visa reconhecer e integrar as especificidades da vida rural ao processo educacional, promovendo uma educação contextualizada, significativa e capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

O conceito de Educação do Campo está intimamente ligado à luta por direitos e à emancipação social das populações rurais que, historicamente, foram negligenciadas pelo sistema educacional brasileiro. A partir da década de 1990, com a mobilização dos movimentos sociais e a articulação de políticas públicas, a Educação do Campo ganhou visibilidade e passou a ser reconhecida como uma modalidade legítima de ensino. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, aprovadas em 2008, são 3 marcos legais que consolidam essa modalidade, estabelecendo princípios e orientações para a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo.

Paralelamente, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel crucial na educação inclusiva, garantindo os direitos educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O AEE complementa ou suplementa o ensino regular, oferecendo suporte especializado para que esses estudantes possam participar, de forma plena e equitativa, das atividades escolares. Contudo, a convergência entre a Educação do Campo e o AEE enfrenta desafios, especialmente em escolas multisseriadas, onde as condições estruturais e logísticas do meio rural ampliam as dificuldades na implementação de uma educação inclusiva.

Neste contexto, a formação continuada dos professores, a adaptação curricular e a articulação entre as políticas de inclusão e as práticas pedagógicas são essenciais. A integração eficaz do AEE nas escolas rurais exige estratégias colaborativas que considerem tanto as especificidades do meio rural, quanto as necessidades individuais dos estudantes. Ao promover uma educação inclusiva e equitativa, respeitando a diversidade e fortalecendo o vínculo entre a

escola e a comunidade, a Educação do Campo e o AEE podem contribuir, significativamente, para o desenvolvimento pleno e sustentável das comunidades rurais.

A convergência entre Educação do Campo e AEE apresenta desafios e oportunidades únicas. Em contextos rurais, onde predominam escolas multisseriadas, os desafios para a implementação de uma educação inclusiva são ampliados pelas condições estruturais e logísticas dessas regiões. As escolas do campo muitas vezes enfrentam dificuldades como a escassez de recursos didáticos, falta de infraestrutura adequada, isolamento geográfico e baixa oferta de formação continuada para os professores. Essas condições exigem abordagens pedagógicas inovadoras, capazes de responder à diversidade dos estudantes e às especificidades do meio rural.

A educação nas escolas do campo, marcada pela multisseriação e/ou multiano, implica em um ambiente educacional onde estudantes de diferentes idades e séries ou anos escolares, convivem em uma mesma sala de aula, sob a orientação de um único professor. Este modelo, comum em áreas rurais de difícil acesso apresenta, tanto desafios quanto possibilidades pedagógicas. O professor deve lidar com a heterogeneidade dos níveis de aprendizagem, adaptando estratégias de ensino para atender a diferentes demandas, simultaneamente. Assim sendo, a multisseriação/multiano pode ser uma oportunidade para a construção de um currículo mais flexível e colaborativo, onde o aprendizado ocorra de forma integrada e coletiva. Contudo, para que essa potencialidade seja plenamente aproveitada, é necessário um suporte pedagógico específico e uma formação continuada que capacite os docentes para atuar, de forma eficaz, nesse contexto.

Nesse cenário, a integração entre a Educação do Campo e o AEE, se torna um tema de grande relevância para a construção de uma educação realmente inclusiva e equitativa. A articulação entre essas duas modalidades exige um entendimento profundo das necessidades e potencialidades dos estudantes do campo, bem como uma reflexão sobre as políticas públicas e práticas pedagógicas que possam, efetivamente, promover a inclusão. A implementação de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e a especificidade do contexto rural, ao mesmo tempo em que atende às necessidades educacionais especiais, é um desafio complexo, mas fundamental para a promoção do direito à educação para todos.

A inclusão escolar no campo demanda, portanto, a adoção de estratégias pedagógicas que considerem tanto as especificidades culturais e sociais das populações rurais, quanto as necessidades individuais dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais

especiais. Nesse sentido, o AEE precisa ser pensado de maneira articulada com o projeto pedagógico das escolas do campo, promovendo um ensino que, ao mesmo tempo em que valoriza o contexto local, assegure o desenvolvimento pleno e equitativo dos estudantes. As políticas públicas voltadas para a Educação do Campo e para o AEE devem, portanto, ser integradas e alinhadas a um projeto educacional que priorize a inclusão e o respeito à diversidade.

Este artigo se propõe a explorar essa interface entre a Educação do Campo e o AEE, analisando as possibilidades e os desafios para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas em escolas do campo. A partir de uma revisão da literatura e de uma análise documental das políticas públicas vigentes, o estudo busca compreender como as diretrizes educacionais têm sido aplicadas no contexto das escolas do campo e de que maneira elas contribuem (ou não) para a construção de um ambiente escolar inclusivo. Além disso, o artigo discute a importância da formação continuada dos educadores para o sucesso da integração entre Educação do Campo e AEE, considerando a necessidade de capacitar os professores para lidar com as particularidades do contexto rural e com a diversidade de demandas educacionais dos estudantes.

Ao abordar a Educação do Campo e o AEE de forma integrada, o estudo pretende contribuir para o debate sobre a educação inclusiva no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de políticas e práticas que promovam uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, geográficas ou necessidades especiais. A educação inclusiva, nesse sentido, deve ser vista não apenas como uma questão de acesso, mas como uma prática pedagógica que valorize as diferenças e assegure a participação plena de todos os estudantes no processo educativo.

Assim, este artigo coloca em evidência a importância de uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e contextualizada, capaz de atender às demandas específicas das populações rurais e de garantir o direito à educação para todos. A integração entre a Educação do Campo e o AEE é vista aqui, como uma estratégia fundamental para a promoção da equidade educacional e para o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil. Ao analisar as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as condições de ensino nas escolas do campo, o estudo busca identificar caminhos para a construção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, respeitosa da diversidade e comprometida com o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### Educação do Campo no Brasil, no Paraná e nas Ilhas do Paraná

A Educação do Campo no Brasil é uma modalidade educacional que surge em resposta às necessidades das populações rurais, historicamente marginalizadas pelas políticas educacionais tradicionais. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, "a educação básica nas escolas do campo deve ser organizada de modo a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, respeitando as especificidades locais" (BRASIL, 2008, p. 15). Essa modalidade busca valorizar as realidades socioculturais, econômicas e ambientais das comunidades do campo, oferecendo um ensino que respeite e integre os conhecimentos e práticas locais ao currículo escolar.

No Brasil, a Educação do Campo foi institucionalizada a partir da publicação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo pelo Conselho Nacional de Educação em 2002 e, posteriormente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, em 2008. Essas normativas estabeleceram os princípios e objetivos da Educação do Campo, enfatizando a importância de um currículo contextualizado, que dialogue com a vida e o trabalho das comunidades rurais. Segundo Silva (2020), a implementação dessas diretrizes enfrenta desafios, como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e a necessidade de formação continuada dos professores, que precisam adaptar suas práticas pedagógicas às realidades locais.

No Paraná, uma Educação do Campo fortalecida pelas Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo do Paraná (DCEC-PR), nas ilhas do Paraná, a Educação do Campo enfrenta desafios significativos. As escolas locais, nessas regiões, frequentemente estão isoladas e enfrentam dificuldades relacionadas à acessibilidade, infraestrutura precária e falta de recursos didáticos. De acordo com o documento "Educação do Campo - Jornada 1 - Ementa 2024", "a realidade das ilhas exige abordagens pedagógicas que considerem a singularidade do ambiente insular, com suas particularidades geográficas, culturais e socioeconômicas" (PARANÁ, 2024, p. 11). Nessas localidades, a Educação do Campo desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento social e na preservação das tradições culturais, ao mesmo tempo em que busca integrar essas comunidades ao contexto educacional mais amplo do Estado.

## Atendimento Educacional Especializado no Mundo, no Brasil e no Paraná

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma prática voltada para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema educacional regular. No cenário global, a educação inclusiva tem sido uma prioridade desde a Declaração de Salamanca, em 1994, promovida pela UNESCO. Este documento internacional estabelece que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, têm o direito de frequentar escolas regulares que promovam a inclusão e a participação plena na vida escolar. Desde então, diversos países têm trabalhado para implementar sistemas de ensino inclusivos, que ofereçam suporte adequado para atender às necessidades desses estudantes.

No Brasil, a educação inclusiva foi formalmente reconhecida com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008. Conforme essa política, "o AEE deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, em salas de recursos multifuncionais ou em outros espaços apropriados" (BRASIL, 2008, p. 22). Essa política marca um avanço significativo no compromisso do país com a inclusão, ao estabelecer que o AEE deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar ao ensino regular. De acordo com Santos (2018), a integração do AEE no sistema educacional regular representa um esforço contínuo para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas especificidades e promova seu desenvolvimento pleno.

No Paraná, o AEE é implementado de acordo com as diretrizes nacionais, mas também conta com regulamentações específicas para atender às peculiaridades do Estado. As escolas paranaenses, tanto urbanas quanto rurais, têm se esforçado para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular, por meio da oferta do AEE. Conforme destacado no documento "Atendimento Educacional Especializado - Jornada 1 - Ementa 2024", "o estado investe na formação continuada dos professores e na ampliação das salas de recursos multifuncionais, para que o atendimento seja realizado de forma eficiente e adequada às necessidades dos estudantes" (PARANÁ, 2024, p. 14). A integração do AEE com a Educação do Campo no Paraná é uma área de particular interesse, considerando as especificidades das populações rurais e a necessidade de estratégias que promovam a inclusão em contextos diversificados.

A implementação do AEE nas escolas do campo do Paraná apresenta desafios adicionais, como a escassez de recursos e a formação inadequada dos professores para lidar com a

diversidade de necessidades educacionais em ambientes multisseriados. Entretanto, a articulação entre o AEE e a Educação do Campo, por meio de metodologias ativas, tem mostrado potencial para transformar essas dificuldades em oportunidades, promovendo uma educação inclusiva que atenda às demandas de todos os estudantes, independentemente de suas condições ou do contexto em que vivem.

### **O Papel do AEE na Promoção de uma Educação Verdadeiramente Inclusiva em Contextos de Escolas do Campo**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, especialmente em contextos de escolas do campo, onde as condições são desafiadoras devido às peculiaridades regionais e à diversidade de demandas dos estudantes. Para que o AEE atenda a sua função de maneira eficaz, é necessário que ele seja integrado ao projeto pedagógico das escolas, considerando as especificidades culturais e sociais das comunidades rurais e as necessidades educacionais especiais (NEE) dos alunos.

A implementação do AEE em escolas do campo, frequentemente caracterizadas por classes multisseriadas e infraestrutura limitada, exige uma reformulação das práticas pedagógicas tradicionais. Como afirmam Machado e Gatti (2017, p.32), "a inclusão em contextos rurais requer a adaptação de metodologias e práticas pedagógicas que levem em conta tanto as necessidades específicas dos alunos com deficiência quanto o contexto sociocultural local". Neste cenário, o AEE deve ser entendido não apenas como um serviço complementar, mas como uma estratégia central que contribui para a transformação da experiência educacional.

Uma das formas mais eficazes pelas quais o AEE pode promover a inclusão é oferecendo suporte especializado que permita aos estudantes com NEE acessar o ensino de forma adaptada às suas capacidades e ritmos de aprendizagem. De acordo com Santos (2020, p. 58), "o AEE desempenha um papel crucial na inclusão, ao fornecer recursos e estratégias pedagógicas que viabilizam a participação ativa dos estudantes com deficiência no ambiente escolar regular". Este suporte é vital em escolas do campo, onde as limitações de infraestrutura e a escassez de recursos podem representar barreiras significativas ao aprendizado.

Além disso, o AEE é um elemento chave na formação continuada dos professores que atuam em escolas rurais. A capacitação docente para lidar com a diversidade de necessidades em salas de aula multisseriadas deve incluir o desenvolvimento de competências para a implementação de metodologias inclusivas. Conforme argumenta Carvalho (2018, p. 15), "a

formação continuada dos professores é indispensável para que o AEE seja efetivo, especialmente em contextos rurais, onde as especificidades do ambiente demandam uma abordagem pedagógica diferenciada". A adoção de metodologias ativas e colaborativas, como sugerido por Freitas (2019), capacita os educadores a criar práticas pedagógicas que integrem as necessidades dos estudantes com deficiência com as dos demais alunos, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo.

O envolvimento da comunidade é outro pilar fundamental para o sucesso do AEE nas escolas do campo. Segundo Soares (2021), "a educação inclusiva em áreas rurais se beneficia significativamente da participação ativa da comunidade, que pode oferecer suporte adicional e garantir que as práticas educacionais sejam culturalmente relevantes". Em muitos casos, as escolas do campo têm uma relação próxima com a comunidade, e o AEE pode servir como uma ponte para fortalecer esses laços. A participação da comunidade e das famílias no planejamento e na implementação das atividades do AEE é essencial para assegurar que as práticas pedagógicas reflitam as necessidades e expectativas locais.

Finalmente, a adaptação curricular é central na promoção de uma educação inclusiva em contextos rurais. O AEE deve colaborar para o desenvolvimento de currículos flexíveis que atendam tanto às NEE dos estudantes quanto às particularidades das comunidades rurais. Conforme defende Oliveira (2020), "a adaptação curricular no AEE deve ser contextualizada, considerando os saberes locais e as realidades do campo, sem perder de vista os objetivos gerais da educação básica". Essa adaptação não se trata apenas de modificar conteúdos, mas de reavaliar a maneira como o conhecimento é transmitido e como os alunos interagem com ele, garantindo que todos possam acessar e progredir no currículo escolar.

Assim, o AEE tem o potencial de ser um instrumento de transformação na educação do campo, promovendo uma inclusão que vai além do simples acesso à escola. Para que isso se concretize, é fundamental investir na formação continuada dos professores, na adaptação curricular e no fortalecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade. Dessa forma, o AEE pode se consolidar como um componente essencial na construção de uma educação inclusiva e equitativa, que respeita e valoriza a diversidade e assegura o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade.

## **A Educação do Campo e a Valorização das Especificidades Culturais, Sociais e Econômicas das Populações Rurais: O Caso das Escolas do Campo nas Ilhas do Paraná**

A Educação do Campo, ao se consolidar como uma modalidade educacional específica

no Brasil, busca romper com a visão tradicional de ensino que, frequentemente, negligencia as realidades e necessidades das populações rurais. O principal objetivo dessa modalidade é oferecer um currículo que respeite, valorize e promova os saberes locais, reconhecendo as particularidades culturais, sociais e econômicas que caracterizam as comunidades do campo. Essa valorização dos conhecimentos locais não apenas reforça a identidade das comunidades rurais, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados no desenvolvimento sustentável de suas regiões.

Historicamente, as políticas educacionais no Brasil foram predominantemente urbanocêntricas, desconsiderando as especificidades do campo e impondo um currículo padronizado, alheio às realidades vivenciadas pelas populações rurais. No entanto, a Educação do Campo propõe uma ruptura com essa lógica, defendendo a contextualização do ensino e a integração dos saberes locais ao currículo escolar. Segundo Caldart (2004), "a Educação do Campo deve ser vista como um projeto político-pedagógico que busca construir uma escola em sintonia com a vida e o trabalho das pessoas que vivem no campo, promovendo uma educação que faça sentido para essas comunidades".

A valorização dos saberes locais na Educação do Campo implica o reconhecimento de que as populações rurais possuem um conhecimento profundo sobre seus ambientes e modos de vida, que deve ser incorporado ao currículo escolar. Esse conhecimento abrange desde práticas agrícolas tradicionais, até modos de organização social e cultural que, se reconhecidos e valorizados, podem enriquecer o processo educacional. Nesse sentido, a escola do campo se torna um espaço de diálogo entre o conhecimento científico e o saber popular, onde ambos são valorizados e integrados de forma complementar.

A contextualização do currículo é uma das estratégias centrais para a valorização dos saberes locais. Isso significa que o conteúdo ensinado deve ser adaptado às realidades vivenciadas pelos estudantes, considerando suas experiências de vida e o contexto socioeconômico em que estão inseridos. Como afirmam Moura e Silva (2016), "um currículo contextualizado na Educação do Campo deve partir das práticas e experiências das comunidades, promovendo um diálogo entre o conhecimento escolar e o conhecimento local, de forma que o aprendizado seja significativo e relevante para os estudantes". Os conteúdos abordados nas aulas não são impostos de maneira alienante, mas construídos a partir das vivências dos alunos, tornando o processo educacional mais participativo e inclusivo.

Além de respeitar e promover os saberes locais, a Educação do Campo também se

preocupa com a formação de sujeitos críticos, capazes de interagir com suas comunidades de maneira proativa e de contribuir para o desenvolvimento local. A escola do campo, ao valorizar os conhecimentos tradicionais, também instiga reflexões sobre as mudanças e desafios enfrentados pelas populações rurais, como a questão da sustentabilidade, o uso dos recursos naturais e as transformações nas relações de trabalho. Segundo Molina (2017), "a educação no campo deve ser orientada para a formação de cidadãos críticos, que compreendam as dinâmicas econômicas e sociais de suas regiões e sejam capazes de atuar em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades".

A valorização das especificidades culturais também desempenha um papel crucial na construção da identidade dos estudantes do campo. As tradições, festas, crenças e práticas culturais das comunidades rurais são elementos fundamentais que devem ser reconhecidos e celebrados no ambiente escolar. A escola, nesse sentido, deve atuar como um espaço de preservação e revitalização cultural, contribuindo para que os estudantes reconheçam e se orgulhem de sua herança cultural. Como destaca Barbosa (2019), "a promoção dos saberes locais na Educação do Campo não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um ato de resistência cultural, que reforça a identidade das populações rurais e as protege contra a homogeneização cultural imposta pelas grandes cidades".

No contexto das ilhas do Paraná, especialmente na Ilha do Mel, a Educação do Campo assume uma dimensão ainda mais singular. A geografia isolada, a economia baseada no turismo e na pesca artesanal, bem como a rica biodiversidade, exigem que o currículo escolar seja profundamente contextualizado para refletir essas especificidades. As escolas do campo nas ilhas, como a da Ilha do Mel, enfrentam desafios relacionados à infraestrutura limitada e ao acesso, mas também, oportunidades únicas de integrar a educação ao meio ambiente e às práticas culturais locais.

A educação nas ilhas do Paraná valoriza os conhecimentos tradicionais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais, o respeito à biodiversidade local e as práticas culturais que definem a identidade das comunidades insulares. Por exemplo, as práticas de pesca artesanal e a preservação dos ecossistemas marinhos são conteúdos que não apenas fazem parte do cotidiano dos estudantes, mas que também são integrados ao currículo escolar. Além disso, as escolas, nessas regiões, funcionam como espaços de convivência comunitária, onde a troca de saberes entre as gerações é estimulada e onde os valores de solidariedade e sustentabilidade são constantemente reforçados.

A realidade insular da Ilha do Mel exemplifica a necessidade de uma abordagem educativa que considere as peculiaridades locais. A escola deve ser um reflexo da comunidade, promovendo um currículo que dialogue com as práticas culturais, como o artesanato local, as festividades tradicionais e as narrativas orais que formam a base da identidade coletiva. Conforme ressaltado por Pereira (2021), a educação nas ilhas deve ser um processo de valorização das práticas culturais e dos conhecimentos locais, garantindo que os estudantes se reconheçam como parte integral de sua comunidade e de seu ambiente.

Em termos econômicos, a Educação do Campo nas ilhas também se preocupa em preparar os estudantes para enfrentar os desafios relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento local. O currículo deve incluir conhecimentos sobre gestão dos recursos naturais, técnicas de conservação ambiental e práticas de turismo sustentável, áreas de vital importância para a subsistência das comunidades insulares. Dessa forma, a escola contribui para que os jovens adquiram competências que não apenas asseguram sua sobrevivência econômica, mas também fortalecem a resiliência da comunidade frente às pressões externas.

Em suma, a Educação do Campo, ao respeitar e promover os saberes locais, atua como um pilar fundamental na construção de um currículo que é ao mesmo tempo inclusivo e relevante para as populações rurais e insulares. Nas ilhas do Paraná, e em especial na Ilha do Mel, essa modalidade educativa se destaca por integrar o conhecimento escolar com as práticas e valores locais, promovendo uma educação que é, verdadeiramente, transformadora e capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades únicas.

### **Desafios na Integração das Modalidades Educativas em Escolas Multianos**

A integração das modalidades de Educação do Campo e Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas multisseriadas (ou multianos) apresenta desafios complexos que requerem abordagens pedagógicas diferenciadas e adaptativas. As escolas multianos, comuns em áreas rurais e remotas, reúnem alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem em uma mesma sala de aula, o que torna o processo de ensino-aprendizagem ainda mais desafiador.

Um dos maiores desafios na integração de modalidades de ensino é a necessidade de adaptação do currículo e das estratégias pedagógicas para atender à diversidade de idades e aos diferentes estágios de desenvolvimento dos alunos. Como observado no documento de estudo para escolas multiano, “a organização das aulas e o planejamento pedagógico devem considerar

a aprendizagem contínua e a participação dos alunos, respeitando os diferentes ritmos no processo de transição que os estudantes enfrentam” (PARANÁ, 2022, p.15). Este contexto exige que o professor seja não apenas um mediador do conhecimento, mas também um facilitador capaz de criar um ambiente inclusivo e colaborativo, onde todos os alunos, independentemente de suas capacidades, possam aprender e se desenvolver.

A formação dos professores também é um ponto crítico. Os docentes que atuam em escolas multianos precisam de uma preparação específica para lidar com a complexidade de ensinar alunos de várias idades e séries ou anos escolares em um único espaço. Freire (2007) ressalta que:

A formação continuada dos professores é essencial para que eles possam desenvolver práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Em uma sala de aula multisseriada, o desafio é maior, pois o professor precisa lidar simultaneamente com as diferenças de idade, de nível de aprendizado e de interesse. É necessário que o educador tenha a habilidade de planejar e executar aulas que atendam a essa diversidade, sem perder de vista o objetivo de promover o aprendizado de todos os estudantes (p. 32).

Outro desafio significativo é a falta de recursos pedagógicos específicos para escolas multianos. Muitas vezes, essas escolas não dispõem de materiais didáticos adequados que possam ser utilizados de forma inclusiva e adaptativa, o que limita as possibilidades de ensino. De acordo com Souza (2015):

A escassez de recursos pedagógicos nas escolas multianos é um obstáculo persistente. A ausência de materiais adaptados às necessidades dos diferentes grupos de alunos presentes na sala de aula dificulta a implementação de uma educação inclusiva e de qualidade. Os professores, por sua vez, são frequentemente obrigados a improvisar, criando seus próprios materiais com os poucos recursos disponíveis (p. 58).

Por fim, a integração das modalidades educativas em escolas multianos também enfrenta o desafio da gestão do tempo e do espaço. O professor precisa planejar atividades que sejam significativas para todos os alunos, ao mesmo tempo que gerencia o espaço físico e o tempo, de forma eficiente. Antunes (2010) afirma que:

A gestão do tempo e do espaço em uma sala de aula multiano é uma tarefa desafiadora. O professor deve organizar o ambiente de forma que todos os alunos se sintam incluídos e tenham suas necessidades atendidas. Isso exige um planejamento cuidadoso das atividades, que devem ser diversificadas e adaptadas às diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento (p. 74).

Em resumo, a integração da Educação do Campo e do AEE em escolas multisseriadas requer, não apenas, a adaptação do currículo e das metodologias de ensino, mas também um investimento contínuo na formação dos professores e na disponibilização de recursos

pedagógicos adequados. Apesar dos desafios, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas em escolas multisseriadas tem o potencial de transformar a experiência educacional desses alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem que valoriza a diversidade e o desenvolvimento integral de todos.

### **Diferenças e Desafios das Escolas Multisseriadas e Multianos**

Escolas multisseriadas são aquelas onde alunos de diferentes séries (anos escolares) compartilham o mesmo espaço de aula e são ensinados por um único professor. Nesse modelo, alunos do 6º, 7º e 8º e 9º anos do Ensino Fundamental 2, por exemplo, estão na mesma sala, respectivamente, e o professor precisa planejar aulas que atendam, simultaneamente, às diferentes necessidades educacionais de cada ano. Este modelo é mais comum em áreas rurais ou isoladas, onde o número de alunos não justifica a criação de turmas separadas para cada ano escolar. As escolas multianos, por outro lado, também podem agrupar alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem, mas o foco é menos na divisão por séries e mais em uma abordagem pedagógica que considera o desenvolvimento contínuo dos alunos em uma mesma turma. Em um ambiente multiano, os alunos podem progredir em ritmo individualizado dentro de um mesmo grupo, independentemente de sua série/ano oficial. Este modelo é particularmente utilizado em contextos em que a flexibilidade no ensino e na aprendizagem é essencial, como em escolas de educação do campo ou em projetos educacionais inovadores.

14

### **Desafios das Escolas Multisseriadas**

1. Planejamento Pedagógico: Um dos maiores desafios é o planejamento de aulas adequadas para alunos de diferentes séries. O professor precisa criar atividades que possam ser executadas, simultaneamente, por alunos em diferentes níveis, o que requer uma habilidade significativa em diversificação de métodos e conteúdo.

2. Falta de Recursos: Muitas escolas multisseriadas operam com recursos limitados, tanto em termos de materiais didáticos quanto de formação especializada para os professores. Isso dificulta a oferta de uma educação de qualidade que atenda às necessidades de todos os alunos.

3. Gestão do Tempo: O professor precisa gerenciar o tempo de forma eficaz, para garantir que todos os alunos recebam atenção e suporte adequados. No entanto, com alunos de diferentes séries na mesma sala, isso pode ser extremamente desafiador.

4. **Isolamento Geográfico:** As escolas multisseriadas estão frequentemente localizadas em áreas rurais ou remotas, o que pode dificultar o acesso a recursos pedagógicos, formação contínua para os professores e suporte administrativo.

### **Desafios das Escolas Multianos**

1. **Personalização do Ensino:** Embora a abordagem de turmas multianos permita uma maior flexibilidade, ela também exige que o professor seja altamente competente em personalizar o ensino para cada aluno. Cada estudante pode estar em um nível diferente de desenvolvimento, o que torna o planejamento e a execução das aulas mais complexos.

2. **Formação dos Professores:** Os professores em escolas multianos precisam de uma formação específica que os capacite a trabalhar com grupos de alunos de diferentes idades e estágios de aprendizagem, sem depender das séries tradicionais como guia para o progresso dos alunos.

3. **Adaptação Curricular:** O currículo, em uma escola multiano, deve ser suficientemente flexível para acomodar o ritmo individual de cada aluno. Isso pode significar a necessidade de desenvolver materiais didáticos exclusivos e adaptação constante das atividades pedagógicas, para garantir que todos os alunos estejam progredindo de forma adequada.

4. **Avaliação:** Avaliar o progresso dos alunos em um ambiente multiano é mais complexo, pois os critérios tradicionais de avaliação, baseados em séries e idades, podem não ser aplicáveis. O professor precisa desenvolver estratégias de avaliação contínua que considerem o desenvolvimento individual e as necessidades de cada aluno.

Portanto, embora as escolas multisseriadas e multianos compartilhem a característica de reunir alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem, elas diferem na abordagem pedagógica e nos desafios específicos que enfrentam. As escolas multisseriadas focam na adaptação do ensino para diferentes séries em um único espaço, enquanto as escolas multianos privilegiam uma abordagem mais fluida, focada no desenvolvimento contínuo e individualizado dos alunos. Em ambos os casos, os desafios são significativos e exigem uma formação sólida dos professores, planejamento pedagógico cuidadoso e recursos adequados, para que possam oferecer uma educação de qualidade a todos os estudantes.

### **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar, de forma aprofundada, as interações entre a Educação do Campo e o Atendimento Educacional

Especializado (AEE) em contextos de escolas multianos. A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela necessidade de compreender as dinâmicas, desafios e possibilidades presentes nesse contexto educacional específico, privilegiando uma análise que considera as singularidades dos atores envolvidos e as práticas pedagógicas desenvolvidas. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa “é especialmente útil para explorar fenômenos sociais complexos, permitindo uma compreensão mais profunda das relações, processos e significados construídos pelos participantes” (p. 15).

### **Tipo de Pesquisa**

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória visa identificar e descrever os principais desafios e estratégias utilizadas na integração das modalidades educativas nas escolas do campo, especialmente aquelas com turmas multianos. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (p. 27). Já a pesquisa descritiva, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013), busca descrever “as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 106). Assim, a pesquisa descritiva aqui aplicada visa delinear os principais aspectos relacionados à prática pedagógica em escolas do campo com AEE, enfatizando os desafios e as soluções encontradas pelos educadores.

### **Procedimentos Metodológicos**

1. Revisão Bibliográfica: A primeira etapa do estudo consistiu em uma revisão bibliográfica abrangente, com o objetivo de construir um referencial teórico sólido sobre a Educação do Campo, o AEE e as escolas multianos. Para Marconi e Lakatos (2010), a revisão bibliográfica é fundamental para “identificar, analisar e sintetizar as contribuições teóricas e empíricas já existentes sobre um determinado tema” (p. 44). A pesquisa abrangeu livros, artigos científicos, teses e documentos oficiais que abordam as políticas públicas e práticas pedagógicas associadas a essas modalidades educacionais.

2. Análise Documental: Como estratégia para aprofundar a análise, foi realizado um estudo de caso em uma escola do campo localizada em uma das ilhas do Paraná. Yin (2015) defende que o estudo de caso é apropriado para “investigar fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos da vida real,

especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes” (p. 18). O estudo de caso envolveu observações diretas, entrevistas semiestruturadas com professores, coordenadores pedagógicos e gestores e análise de práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da Educação do Campo e do AEE.

3. Entrevistas Semiestruturadas: As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas como técnica para coletar dados diretamente dos atores envolvidos no processo educativo, possibilitando uma compreensão aprofundada de suas percepções e experiências. Conforme Minayo (2014), as entrevistas semiestruturadas permitem, ao pesquisador, “explorar os significados atribuídos pelos entrevistados aos fenômenos estudados, favorecendo uma maior profundidade na análise” (p. 61). As entrevistas focaram nos desafios enfrentados na implementação do AEE em turmas multianos e nas estratégias pedagógicas adotadas pelos professores.

### **Análise dos Dados**

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que define essa técnica como um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aprimoramento, que se aplicam a discursos diversificados” (p. 43). O processo de análise envolveu a categorização dos dados coletados, buscando identificar padrões e relações que esclareçam os desafios e as práticas pedagógicas eficazes na integração do AEE em escolas multianos.

17

### **Considerações Éticas**

Todos os procedimentos de pesquisa seguiram as diretrizes éticas estabelecidas para estudos envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a confidencialidade de suas identidades e a utilização dos dados apenas para fins acadêmicos.

### **Conclusão da Metodologia**

A combinação de revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas, permite uma abordagem abrangente e profunda sobre os desafios e possibilidades na integração da Educação do Campo e do AEE em escolas multianos. Ao utilizar

essas metodologias, a pesquisa busca contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e contextualizadas.

A partir das leituras, da construção do referencial teórico e dos dados coletados durante a pesquisa de campo, ficou evidente que a inclusão educacional em escolas multianos, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), enfrenta desafios significativos. Esses desafios decorrem, principalmente, das características específicas das turmas multianos, que reúnem alunos de diferentes idades, níveis de desenvolvimento e necessidades educacionais em um único ambiente de aprendizagem.

## **Desafios de Trabalhar com Alunos de Inclusão em Turmas Multianos**

Trabalhar com alunos de inclusão em turmas multianos apresenta uma série de desafios, que se intensificam devido à diversidade de idades, níveis de desenvolvimento e necessidades educacionais especiais (NEE) presentes em um mesmo ambiente de aprendizagem. A seguir, são abordados alguns dos principais desafios enfrentados por educadores neste contexto.

### **I. Complexidade na Personalização do Ensino**

Um dos principais desafios na implementação do AEE em escolas multianos é a complexidade de personalizar o ensino para atender às diversas necessidades dos alunos. Em turmas multianos, a diversidade de faixas etárias e de estágios de desenvolvimento torna o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e, ao mesmo tempo, mais exigente. A necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) exige que o professor desenvolva estratégias diferenciadas e criativas, capazes de garantir a inclusão efetiva desses alunos. A personalização do ensino em um ambiente multiano não é uma tarefa simples, demandando um planejamento minucioso e uma abordagem pedagógica que considere as particularidades de cada aluno, conforme enfatizado por Mantoan (2003) em seu estudo sobre práticas inclusivas. MANTOAN (2003) defende que a personalização do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) requer práticas inclusivas que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento individual de cada aluno. Para ela, é essencial que os professores utilizem estratégias flexíveis e criativas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem em um ambiente inclusivo e acolhedor.

## **2. Adaptação Curricular e Metodológica**

Outro desafio identificado é a necessidade de adaptar o currículo e as metodologias de ensino às realidades das turmas multianos. A flexibilização curricular é essencial para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com NEE, possam participar ativamente do processo educativo. Glat e Pletsch (2010) destacam que a reconfiguração dos conteúdos e a adoção de metodologias ativas são fundamentais para viabilizar a inclusão em contextos diversificados como os das escolas multianos. No entanto, a adaptação curricular exige um esforço contínuo por parte dos professores, que precisam alinhar os conteúdos às necessidades dos alunos e às condições do contexto rural, onde essas escolas geralmente se localizam.

## **3. Gestão do Tempo e dos Recursos Educacionais**

A gestão do tempo e dos recursos educacionais também se mostra como um dos grandes desafios na inclusão em turmas multianos. A dinâmica dessas turmas demanda que o professor divida sua atenção entre alunos com diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem, o que pode comprometer a eficácia do AEE se não houver uma organização adequada. Carvalho (2009) observa que o sucesso da inclusão está intimamente ligado à capacidade do professor de gerir o tempo e utilizar os recursos disponíveis de forma eficiente, garantindo que todos os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento. No entanto, a limitação de recursos materiais e humanos, frequentemente presente em escolas do campo, dificulta essa tarefa e reforça a necessidade de políticas públicas que ampliem o suporte para essas escolas.

19

## **4. Avaliação e Monitoramento Contínuo**

A avaliação dos alunos em turmas multianos que recebem AEE é um aspecto crucial e, ao mesmo tempo, desafiador. Avaliar o progresso dos alunos com NEE requer instrumentos de avaliação adaptados e estratégias de monitoramento contínuo, que sejam capazes de captar o desenvolvimento individual dos alunos de forma justa e precisa. Rodrigues (2006) argumenta que a avaliação em ambientes inclusivos deve ser contínua, personalizada e voltada para o acompanhamento do progresso individual de cada aluno, considerando suas capacidades e os objetivos do AEE. Essa abordagem, no entanto, demanda do professor um conhecimento aprofundado sobre as técnicas de avaliação inclusiva, além de uma dedicação extra para acompanhar, de perto, o desenvolvimento de cada aluno.

## 5. Formação e Capacitação dos Professores

Por fim, a formação e a capacitação dos professores são elementos centrais para a implementação bem-sucedida do AEE em escolas multitanos. Os desafios pedagógicos impostos por esse contexto exigem que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade presente em sala de aula, utilizando metodologias inclusivas e adaptativas. A formação continuada, mencionada por diversos autores como Mantoan (2003) e Glat e Pletsch (2010), é fundamental para que os educadores possam desenvolver as competências necessárias para atuar em ambientes tão diversos. No entanto, a pesquisa de campo revelou que a formação oferecida ainda é insuficiente para atender à complexidade das demandas encontradas em turmas multitanos, o que ressalta a importância de investimentos na capacitação desses profissionais.

Contudo, os desafios de implementar a inclusão educacional em escolas multitanos por meio do AEE são muitos e envolvem questões relacionadas à personalização do ensino, adaptação curricular, gestão de tempo e de recursos, avaliação contínua e formação de professores. Superar esses desafios requer uma abordagem integrada, que combine políticas públicas eficazes, formação docente de qualidade e um compromisso coletivo com a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. A experiência em escolas multitanos, embora desafiadora, oferece uma oportunidade única para repensar as práticas educativas e avançar na construção de um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo para todos os alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou os desafios e as possibilidades da inclusão educacional em escolas multitanos por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco nas especificidades das escolas do campo e nas particularidades das turmas multitanos. A partir das análises teóricas e dos dados empíricos coletados, foi possível identificar que a inclusão em contextos multitanos é uma tarefa complexa, que demanda um planejamento pedagógico altamente adaptável, uma gestão eficiente dos recursos e do tempo, além de uma formação contínua e específica dos educadores envolvidos.

Um dos principais desafios identificados é a necessidade de personalizar o ensino para atender às diferentes necessidades educacionais dos alunos, que variam em termos de idade, estágio de desenvolvimento e condição educacional. A diversidade presente nas turmas multitanos, que inclui alunos com Necessidades Educacionais Especiais requer, do professor, uma capacidade de adaptação e inovação constante. A personalização do ensino, como destacado

por Mantoan (2003), é fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, que respeite suas individualidades e promova seu desenvolvimento integral.

Outro ponto crítico é a adaptação curricular. A flexibilização do currículo, aliada ao uso de metodologias ativas, mostrou-se essencial para que as práticas pedagógicas atendam às especificidades das turmas multianos. Glat e Pletsch (2010) argumentam que a adaptação curricular é uma peça-chave para que a inclusão aconteça de forma eficaz, uma vez que permite alinhar as atividades pedagógicas às necessidades dos alunos e às condições do contexto rural, onde essas escolas geralmente se localizam. No entanto, a adaptação curricular exige um esforço contínuo por parte dos professores e da gestão escolar, que devem estar comprometidos com a criação de um ambiente educacional que seja verdadeiramente inclusivo.

A formação e capacitação dos professores foram destacadas como fatores essenciais para o sucesso da inclusão educacional em escolas multianos.

A formação continuada deve ser direcionada para o desenvolvimento de competências que permitam, aos educadores, lidarem com a diversidade de necessidades presentes em sala de aula, utilizando práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e a aprendizagem de todos os alunos. De acordo com Carvalho (2009), a formação específica e contínua é fundamental para que os professores possam desenvolver estratégias pedagógicas eficazes e inclusivas, especialmente em contextos desafiadores como os das turmas multianos. No entanto, os dados da pesquisa de campo indicam que a formação oferecida ainda é insuficiente, o que reforça a necessidade de investimentos nessa área.

A avaliação contínua e personalizada dos alunos, especialmente daqueles que recebem AEE, também se revelou como um dos principais desafios enfrentados pelos educadores em contextos multianos. A criação de instrumentos de avaliação que considerem as capacidades individuais dos alunos e que permitam monitorar seu progresso, de forma justa e precisa, é indispensável para a construção de uma educação inclusiva.

Em síntese, a inclusão educacional em escolas multianos por meio do AEE é uma missão que, apesar de desafiadora, é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Superar os desafios identificados requer uma ação coordenada entre políticas públicas, formação docente, gestão escolar e práticas pedagógicas inovadoras. A educação inclusiva em contextos multianos oferece uma oportunidade única para repensar e aprimorar as práticas educacionais, de modo que todas as crianças e jovens, independentemente de suas condições, tenham a

oportunidade de aprender, se desenvolver e participar plenamente da vida escolar e social.

Este estudo, ao identificar os principais desafios e propor caminhos para a superação dessas dificuldades, pretende contribuir para o debate sobre a inclusão educacional no Brasil, especialmente no contexto das escolas do campo. Espera-se que as reflexões e sugestões aqui apresentadas possam servir de base para futuras pesquisas e para a implementação de práticas pedagógicas que promovam uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo do Paraná. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 23-45, 2019.

ANTUNES, Celso. *Como desenvolver as competências em sala de aula*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARBOSA, R. M. *A educação e os saberes locais: reflexões sobre o campo brasileiro*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

BARDIN, o Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo*. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, Marta. A formação continuada e os desafios da educação inclusiva. In: BRASIL. *Atendimento Educacional Especializado e a Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/videos/Agosto24.08.2021.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

CARVALHO, Marta. A formação continuada e os desafios da educação inclusiva. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 43-59, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, João. Metodologias ativas na Educação do Campo. *Cadernos de Pedagogia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 78-90, 2019.

FLICK, U. *à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia. Educação inclusiva: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Wak, 2010.
- MACHADO, Lúcia; GATTI, Roberto. Desafios da inclusão em contextos rurais. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 101-118, 2017.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MOLINA, Marcos. Educação do Campo e desenvolvimento sustentável. Revista de Educação Rural, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 35-52, 2017.
- MOURA, D.; SILVA, J. Educação no Campo: uma abordagem crítica. São Paulo: Cortez, 2016.
- OLIVEIRA, Rita. Adaptação curricular e inclusão escolar. Revista Educação Especial, Porto Alegre, v. 29, n. 67, p. 120-139, 2020.
- PARANÁ. Educação do Campo - Jornada 1 - Ementa 2024. Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2024.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Curitiba: SEED, 2022.
- PEREIRA, Cláudia. Educação insular e as especificidades do meio. Revista de Estudos Rurais, Curitiba, v. 15, n. 3, p. 109-130, 2021.
- RODRIGUES, D. Inclusão e educação: Doze ougos sobre uma educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, Felipe. A inclusão no sistema educacional brasileiro. Revista de Educação Inclusiva, Salvador, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2018.
- SANTOS, Gabriel. O papel do AEE na educação inclusiva. Cadernos de Inclusão Escolar, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 67-82, 2020.
- SILVA, José. Desafios da implementação das diretrizes curriculares nas escolas do campo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 201-218, 2020.

SOARES, Ana. A participação comunitária na educação inclusiva rural. *Revista de Educação do Campo*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 142-159, 2021.

SOUZA, Pedro. A escassez de recursos pedagógicos nas escolas rurais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 47-64, 2015.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.